

# A DHN NO CONTINENTE ANTÁRTICO: *a relevância das pesquisas e levantamentos hidrográficos na Antártica*

Felipe Ferreira da Silva \*

A presença brasileira na Antártica resulta de um esforço intersetorial, desenvolvido no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), no qual a Marinha do Brasil (MB) exerce papel estruturante na sustentação das atividades operativas e logísticas do Programa Antártico Brasileiro. Em articulação com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI) e a comunidade científica nacional, são asseguradas as condições necessárias à realização das pesquisas científicas e ao cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no Sistema do Tratado da Antártica.

No plano logístico, a coordenação é exercida pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), cabendo à MB a disponibilização de meios navais e aeronavais e de

pessoal especializado, bem como a condução das operações em ambiente polar.

Desde o final de 1982, a Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) mantém presença contínua no continente austral, empregando meios aptos a operar em condições extremas. Esse arranjo intersetorial tem viabilizado missões científicas, logísticas e diplomáticas de elevada relevância, contribuindo para o fortalecimento da atuação brasileira na cooperação internacional polar.

## INSERÇÃO NO SISTEMA DO TRATADO DA ANTÁRTICA

O Brasil é membro consultivo do Tratado da Antártica desde 1983, o que lhe confere direito de voz e voto nas decisões sobre o futuro do continente. Para manter esse status, é exigida uma atuação científica substancial e contínua na região

Foto: Marinha do Brasil





Pintura a óleo, assinada pelo Sr. Leônidas Calmon, existente na Praça D'Armas do NPo "Almirante Maximiano"

(ATS, 2023). Nesse contexto, os navios da MB empregados nas Operações Antárticas (OPERANTAR), conhecidos como “Navios Antárticos” — o NApOc “Barão de Teffé” (1982–1994), o NApOc “Ary Rongel” e o NPo “Almirante Maximiano” (a partir de 1994 e 2009, respectivamente) — garantem essa regularidade ao apoiar anualmente campanhas de pesquisa e logística que abastecem a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), realizam coleta de dados hidroceanográficos e meteorológicos, além de atuar como laboratório flutuante em projetos de oceanografia, climatologia, geologia e biologia marinha.

Além disso, os navios frequentemente cooperam com outros países signatários, prestando auxílio logístico, apoio médico e assistência emergencial a bases e pesquisadores estrangeiros, reforçando o espírito de colaboração internacional previsto no Tratado.

A figura acima apresenta os “Navios Antárticos” na Baía do Almirantado, em frente à EACF, retratados em uma pintura a óleo. Ao centro, o NApOc “Barão de Teffé”, ao seu bombordo (esquerda), o NPo “Almirante Maximiano” e ao seu boreste (direita), o NApOc “Ary Rongel”. Essa retratação é apenas simbólica, pois o NApOc “Barão de Teffé” esteve em operação em um período anterior aos outros dois navios.

## COOPERAÇÃO INTERNACIONAL CIENTÍFICA E LOGÍSTICA

A atuação da DHN está fortemente vinculada à cooperação internacional, sendo os seus “Navios Antárticos” os principais vetores de integração do Brasil ao sistema científico global voltado à Antártica. A atuação dos navios permite o cumprimento dos artigos II e III do Tratado Antártico, que visam promover a liberdade de pesquisa e o intercâmbio de dados e pessoal. Essas atividades ocorrem em conformidade com as diretrizes de organismos internacionais como o *Scientific Committee on Antarctic Research* (SCAR) e o *Council of Managers of National Antarctic Programs* (COMNAP), que orientam as boas práticas de pesquisa e logística no continente. Além disso, todos os países compartilham a certeza de que a cooperação internacional é fundamental e necessária para qualquer atividade na região, dados os desafios logísticos que a Antártica impõe (FERREIRA, 2009).

Dessa forma, os navios apoiam projetos científicos colaborativos em áreas estratégicas como oceanografia, biologia marinha, geologia e climatologia, desenvolvidos em parceria com instituições de pesquisa de outros países. Entre os temas abordados, destacam-se os estudos sobre mudanças climáticas globais, dinâmicas de correntes

oceânicas e monitoramento ambiental, cujos dados contribuem para o avanço do conhecimento científico e para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências. Essa atuação fortalece a presença científica brasileira na Antártica e reafirma o compromisso do País com a ciência aberta, a cooperação multilateral e a governança sustentável do continente antártico.

### LEVANTAMENTO HIDROGRÁFICO E ATUALIZAÇÃO CARTOGRÁFICA

Uma das contribuições mais relevantes dos “Navios Antárticos” é a realização de levantamentos hidrográficos, conduzidos pela DHN. Esses levantamentos são coordenados com a Comissão Hidrográfica da Antártica (HCA), da Organização Hidrográfica Internacional (OHI), que organiza contribuições voluntárias entre os países-membros (IHO, 2023). O Brasil concentra suas ações na região da Península Antártica, gerando dados batimétricos, geodésicos e cartográficos que são integrados ao Catálogo INT, utilizados para a segurança da navegação e apoio à pesquisa polar (BRASIL, 2016).

A HCA é composta por 27 países-membros, sendo eles: Argentina, Austrália, Brasil, Chile,

China, Colômbia, Equador, França, Alemanha, Grécia, Índia, Itália, Japão, Coreia do Sul, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Peru, Polônia, Federação Russa, África do Sul, Espanha, Turquia, Uruguai, Reino Unido, Estados Unidos e Venezuela (IOH, 2023). Esse comitê se reúne anualmente, em sessões organizadas pela OHI, nas quais são discutidas propostas técnicas, áreas prioritárias de levantamento e formas de colaboração. A participação ativa do Brasil, por meio dos dados produzidos pelos “Navios Antárticos” e articulados pela DHN, reforça o compromisso do País com a cooperação hidrográfica internacional e a segurança da navegação no Oceano Austral.

### ARTICULAÇÃO COM A COI/UNESCO E O BNDO

As campanhas oceanográficas coordenadas pela DHN também contribuem para o sistema global de observação oceânica coordenado pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (COI/UNESCO). O MCTI, como representante oficial do Brasil junto à COI, desempenha papel central na promoção e integração das ações nacionais vinculadas à Década das



NPo “Almirante Maximiano” em exercício “PASSEX” com o HMCS Margaret Brooke, navio de patrulha *offshore* da classe “Harry DeWolf”, da Marinha Real Canadense, durante a OPERANTAR XLIII

Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021–2030), alinhando-se aos objetivos de conservação e uso sustentável dos oceanos.

Nesse contexto, os “Navios Antárticos” constituem uma plataforma avançada de pesquisa em ambientes extremos, permitindo a coleta e análise de dados oceanográficos e climáticos em regiões estratégicas do Oceano Austral. Os dados gerados pelas expedições são organizados e compartilhados por meio do Banco Nacional de Dados Oceanográficos (BNDO), vinculado à DHN, e integrado à rede IODE (*International Oceanographic Data and Information Exchange*). Essa atuação fortalece a ciência e o intercâmbio técnico entre os Estados-membros da COI.

Além da geração de dados, os navios exercem um papel fundamental na promoção da inovação tecnológica e na articulação de políticas públicas orientadas pela ciência. A atuação conjunta entre o MCTI, a MB e os demais parceiros internacionais permite o acompanhamento em tempo real de processos oceânicos e climáticos, subsidiando a construção de modelos científicos que orientam decisões globais sobre sustentabilidade marinha. Essa sinergia entre pesquisa e governança reforça o compromisso do Brasil com os princípios da COI/UNESCO e com o enfrentamento dos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

## CONCLUSÃO

A atuação da DHN na Antártica integra ciência, hidrografia e logística, assegurando a presença brasileira contínua no continente austral no âmbito do Sistema do Tratado da Antártica. Por meio do emprego regular de meios navais nas OPERANTAR, a DHN viabiliza a execução de pesquisas científicas, a coleta sistemática de dados hidroceanográficos e meteorológicos, além da atualização cartográfica em uma região de elevada complexidade operacional e relevância estratégica.

Os levantamentos hidrográficos e as campanhas oceanográficas conduzidos pelos “Navios Antárticos”, em articulação com organismos internacionais e sistemas globais de observação oceânica, contribuem diretamente para a segurança da navegação no Oceano Austral e para o avanço do conhecimento científico sobre proces-

sos oceânicos e climáticos. A integração desses dados ao Banco Nacional de Dados Oceanográficos e a redes internacionais reforça o compromisso brasileiro com a ciência e a governança marítima internacional.

Por fim, a atuação da DHN no continente antártico fortalece a inserção científica e diplomática do Brasil, sustenta o exercício da condição de membro consultivo do Tratado da Antártica e projeta o País como ator relevante na governança do Oceano Austral. Essa presença qualificada consolida a Antártica como espaço de cooperação, conhecimento e segurança, em consonância com os interesses nacionais e com a missão da Marinha do Brasil. ■

## REFERÊNCIAS

- ATS, 2023. Secretariat of the Antarctic Treaty. **An electronic guide to the Secretariat of the Antarctic Treaty systems and information sources**. Disponível em: <[https://documents.ats.aq/guide/guide\\_e.pdf](https://documents.ats.aq/guide/guide_e.pdf)>. Acesso em: 25nov.2025.
- BRASIL, 2016. República Federativa do Brasil. Marinha do Brasil. Diretoria de Hidrografia e Navegação. **III Plano Cartográfico Náutico Brasileiro**. Disponível em: <[https://www.marinha.mil.br/dhn/sites/www.marinha.mil.br/dhn/files/arquivos/III-PLANO-CARTOGRAFICO-NAUTICO-BRASILEIRO\\_0.pdf](https://www.marinha.mil.br/dhn/sites/www.marinha.mil.br/dhn/files/arquivos/III-PLANO-CARTOGRAFICO-NAUTICO-BRASILEIRO_0.pdf)>. Acesso em 25nov.2025.
- BRASIL, 2025. República Federativa do Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mcti>>. Acesso em: 25nov.2025.
- FERREIRA, 2009. Felipe Rodrigues Gomes. O Sistema do Tratado da Antártica: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira. 2005. Dissertação (Mestrado em Diplomacia) – Instituto Rio Branco, Brasília, 2005. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Disponível em: <[https://funag.gov.br/loja/download/609-Sistema\\_do\\_tratado\\_da\\_Antartica\\_O.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/609-Sistema_do_tratado_da_Antartica_O.pdf)>. Acesso em: 29Nov2025.
- IOC/UNESCO, 2025. International Oceanographic Data and Information Exchange (IODE). **The third edition of the International Ocean Data Conference (IODC-3)**. Disponível em: <<https://iode.org/iodec-3-day-1-summary/>>. Acesso em: 25nov.2025.
- IHO, 2023. International **Hydrographic Organization. Hydrographic Commission on Antarctica - HCA15 Report**. Disponível em: <<https://iho.int/en/hca>>. Acesso em: 25nov.2025.

---

\* Capitão de Fragata, Imediato do NPo “Almirante Maximiano”